



CÂMARA MUNICIPAL DE PORTO REAL

Coordenadoria dos Serviços Legislativos

Poder Legislativo

Página 1 de 1

PAUTA DA 22ª SESSÃO ORDINÁRIA DO SEGUNDO PERÍODO LEGISLATIVO ORDINÁRIO DA OITAVA LEGISLATURA DA CÂMARA MUNICIPAL DE PORTO REAL

Realização em de 11 maio de 2026

I. EXPEDIENTE

(Art.127 e 128 do Regimento Interno da Câmara Municipal de Porto Real/RJ)

Ata da 21ª Sessão Legislativa Ordinária do 2º Período Legislativo Ordinário da Câmara Municipal de Porto Real, realizada em 06 de maio de 2026

Indicação nº 85/2026 - Dispõe sobre a criação do Programa “Horta Mirim” nas escolas da rede municipal de ensino.

Autoria: Leonardo Odilon de Novais

II. ORDEM DO DIA

(Art. 129 e 130 do Regimento Interno da Câmara Municipal de Porto Real/RJ)

2ª Discussão e 2ª Votação

Projeto de Decreto Legislativo nº 01/2026 - Acordão do TCE/RJ que trata da Prestação de Contas de Governo do Município de Porto Real referente ao exercício de 2023.

Autoria: Mesa Diretora da Câmara Municipal de Porto Real.

Projeto de Decreto Legislativo nº 02/2026 - Acordão do TCE/RJ que trata da Prestação de Contas de Governo do Município de Porto Real referente ao exercício de 2024.

Autoria: Mesa Diretora da Câmara Municipal de Porto Real.

Votação única

Veto Total ao Autógrafo de Lei nº 985/2026 – Dispõe sobre a obrigatoriedade de observância da ordem cronológica de solicitações para a execução de ligações de água e esgoto e dá outras providências.

Autoria: Poder Executivo Municipal.

Veto Total ao Autógrafo de Lei nº 986/2026 - Inclui no Calendário Oficial de Eventos do Município de Porto Real o dia 01 de maio como Dia do Legado.

Autoria: Poder Executivo Municipal.

HENRY DE CARVALHO NUNES

Presidente

Av. Dom Pedro II, 1550 – Centro – Porto Real – CEP 27570-000

Tel/Fax: (024) 3353-2600/3353-2668 – cmportoreal.rj.gov.br

Data de Publicação: 8 de maio de 2026



Autenticar documento em <https://spl.cmportoreal.rj.gov.br/autenticidade>
com o identificador 330034003600320036003A00540052004100, Documento assinado digitalmente
conforme MP nº 2.200-2/2001, que institui a Infra-estrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP-
Brasil.